

Moção de estratégia para o 10º Congresso da FENPROF

Por uma FENPROF ao serviço da defesa da unidade dos professores, da formação de qualidade das jovens gerações e da democracia

Por uma Conferência Nacional em Defesa da Escola pública

- 1- As consequências das mobilizações históricas dos professores e educadores para defender a sua vida pessoal e profissional, através de um estatuto da carreira docente no qual estejam contempladas uma carreira única e uma avaliação do desempenho justa (essencialmente formativa, liberta de constrangimentos estranhos às funções de ensinar e formar os alunos), bem como todos os aspectos ligados à sua vida profissional – horários de trabalho, conteúdo funcional da profissão, formação, condições de ingresso na vida activa e de aposentação, estabilidade profissional, etc., ultrapassaram em muito estes objectivos.
- 2- Assim, para além de terem constituído o principal travão às políticas de desmantelamento da Escola Pública – materializadas no começo da sua privatização (por exemplo a nível dos refeitórios e do ensino de disciplinas por professores contratados através de empresas privadas), no novo modelo de gestão que recupera a ideia do poder unipessoal, bem como nos processos de empobrecimento dos conteúdos das disciplinas curriculares – a luta dos professores e educadores atingiu dimensões cujo alcance merece reflexão, colocando-nos novos desafios.
- 3- Ela marcou positivamente o movimento sindical, mostrando que a unidade entre todas as organizações sindicais é possível, e deixou aberto o caminho – defendido pela FENPROF – para uma acção em comum com todos os outros trabalhadores da Função Pública, pelo restabelecimento do seu vínculo público e de uma avaliação sem quotas, posição também assumida pelos sindicatos da Função Pública afectos à CGTP, ao exigirem a suspensão do SIADAP.
- 4- Ela também foi determinante na modificação da disposição das forças políticas na Assembleia da República, reforçando os partidos que mergulham as suas raízes na luta dos trabalhadores e penalizando, em simultâneo, o governo de Sócrates em funções, ao retirar a maioria absoluta ao PS.
- 5- Mas, para além de todas estas dimensões, a mobilização dos professores e educadores deixa em aberto dois grandes desafios: um, é aquele que António Nóvoa tem defendido – *“É o tempo dos professores se voltarem para dentro de si e construir a sua profissão”*; o outro, o de reflectirem em conjunto sobre a situação da Escola pública, do que nela se ensina, bem como sobre a sua organização, em ligação com toda a inovação científica e tecnológica, a qual está em contradição cada vez mais aguda com as políticas de acentuação da exploração do homem pelo homem, de precariedade, de pobreza das populações e dos países, políticas que se fazem sentir nas crescentes dificuldades de aprendizagem e organização dos alunos.
- 6- No seguimento da mobilização que alterou o mapa da Assembleia da República, a direcção da FENPROF – em conjunto com os dirigentes das outras principais organizações sindicais dos docentes – assinou um “Acordo de princípios” com o ME, que ratifica a vitória dos professores relativamente ao fim da divisão entre professores e professores titulares. Este Acordo assegura ainda que os professores contratados avaliados com a classificação de “Bom” serão libertos da sujeição a uma prova de ingresso e a promessa de negociação de todo um conjunto de factores inerentes à profissão docente (como os horários de trabalho e o conteúdo funcional da profissão, o vínculo e a antecipação de um novo concurso que permitirá a colocação e a mobilidade de dezenas de milhar de colegas).
- 7- A direcção da FENPROF – ao mesmo tempo que afirma que este Acordo estando longe de ser um acordo que ela deseja e deseja a maioria dos professores, sobretudo se for comparado com o ECD anterior ao imposto pela equipa de Maria de Lurdes Rodrigues (MLR) – declara que continua a estar na ordem do dia e a ser necessária a mobilização dos professores para permitir que as negociações sobre todas as restantes matérias se concretizem de forma positiva.

Outros professores consideram que, apesar dos passos positivos, se trata de um mau acordo, na medida em que ele mantém como cerne da avaliação docente dois factores geradores de grande conflitualidade entre pares e, em consequência, de destruição das condições para um bom funcionamento das escolas (as quotas para o “Muito bom” e o “Excelente” – aquelas que garantem a um professor ou educador uma progressão sem atropelos; e o processo de avaliação dependente do director da escola), além do acesso ao topo da carreira para os docentes classificados com “Bom” poder passar de 27 para 40 anos. Neste Acordo é mantida a prova de ingresso para os professores que querem entrar na profissão (em vez da intervenção do Governo nos planos de formação inicial, obrigando as escolas públicas ou privadas a garantirem uma formação de qualidade a todos os novos docentes). São também particularmente penalizados os cerca de 30 mil docentes que, em coerência com apelo das direcções sindicais e a sua consciência, recusaram entregar os seus objectivos individuais.

- 8- A vida dir-nos-á se valeu a pena a assinatura deste acordo, em particular se alguns dos seus “princípios” não poderão dificultar, ou mesmo comprometer, as futuras negociações com o ME; seja qual for a opinião que se possa ter sobre o mesmo, não nos resta senão a mobilização – apoiando-nos nos sindicatos da FENPROF e reforçando-os – em torno das nossas legítimas exigências, nomeadamente a revogação do actual modelo de gestão escolar, a vinculação de todos os docentes a ocuparem lugares de trabalho permanente, as condições para uma justa avaliação do desempenho (formativa e relevante para a melhoria do processo de aprendizagem dos alunos), bem como os restantes requisitos para garantir boas condições de trabalho e de aposentação.
- 9- Estas reivindicações constarão certamente do Programa e do Plano de acção a discutir e aprovar neste Congresso da FENPROF. Se o anterior Congresso aprovou a exigência de revogação do ECD da equipa de MLR, o “Plano de acção” a aprovar agora deverá ter como objectivo central a luta por outro ECD dignificador e valorizador da profissão docente.
- 10- Em conjunto com esse “Plano de Acção”, tendo em conta todo o processo de mobilização e os desafios que estão colocados à nossa luta e à luta de todos os funcionários públicos e restantes trabalhadores, bem como a necessidade de reconstrução da Escola Pública e o papel fundamental que nesse processo deve ser assumido pela FENPROF, propõe-se que este Congresso aprove a seguinte moção:

«Os delegados ao 10º congresso da FENPROF mandatam o novo Secretariado da FENPROF para propor, publicamente, a todas as outras organizações sindicais dos docentes, aos movimentos de professores, às organizações que representam os restantes trabalhadores do ensino (auxiliares da acção educativa, psicólogos, terapeutas, animadores culturais) a realização de uma Conferência Nacional em Defesa da Escola Pública, sob a orientação de uma Comissão organizadora integrando uma representação das referidas organizações.

Esta Conferência seria constituída por delegados eleitos a partir de reuniões realizadas em cada escola (ou Agrupamento de escolas) de todo o país.

Com base nas discussões democráticas, ela poderá aprovar uma Carta de defesa da Escola Pública, com os seus conteúdos, a sua organização e o papel desempenhado pelos seus trabalhadores.

Tal realização seria a tentativa das actuais gerações de professores e educadores prestarem um contributo histórico à Escola Pública, à democracia e ao país, recuperando o legado positivo dos professores da Primeira República, reatando com a resistência daqueles que, nas maiores dificuldades – pagando com a expulsão, a perseguição e até a cadeia – defenderam a Escola para todos, durante 48 anos de ditadura fascista, e com tudo o que de positivo foi feito por muitos milhares de professores e educadores, depois do 25 de Abril.»

Primeiros signatários da moção: Carmelinda Pereira (Aposentada, 1º ciclo); Mª da Luz Oliveira (Coordenadora EB1 António Rebelo de Andrade); Mª do Rosário Rego (EB1 Visconde de Leceia); Isabel Solano Almeida (Sec. Camilo Castelo Branco); Mª do Carmo Vieira (Sec. Marquês de Pombal); Ana Tavares da Silva (Agrup. Escolas Prof. Agostinho da Silva); Jaime Crespo (EB1 Monte Abraão); Mª da Conceição Rolo (Aposentada, 2º ciclo); Mª Adélia Gomes (Aposentada, 1º ciclo); Maria Manuela Leitão (J. Infância / Centro Infantil “O Palhaço”); Joaquim Pagarete (Aposentado, Ensino Superior); Emanuel Rodrigues (Aposentado, 2º ciclo); Maria Adelina Oleiro Ramos (E. Especial, Agrup. S. Julião da Barra)